

Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira (doravante “Cedro” ou “Companhia”), com sede em Belo Horizonte, Minas Gerais, foi constituída em 2 de abril de 1883, resultado da fusão das empresas Mascarenhas & Irmãos (Fábrica do Cedro), em funcionamento desde 1872 e Mascarenhas & Barbosa (Fábrica da Cachoeira), é uma Companhia de capital aberto que tem como objetivo social a indústria têxtil e atividades afins; confecções e comercialização de produtos do vestuário, inclusive uniformes profissionais; acessórios e equipamentos de proteção individual - EPIs, destinados a segurança do trabalho; a exportação e importação de produtos ligados à sua finalidade, e o exercício de atividades agrícolas, pecuárias e de silvicultura, bem como, a geração, distribuição e transmissão de energia elétrica para consumo próprio, podendo, entretanto, comercializar o excedente de energia elétrica não utilizado.

Atualmente, a Companhia exerce suas atividades através da operação de duas fábricas instaladas no Estado de Minas Gerais e também através de suas controladas, Companhia de Fiação e Tecidos Cedronorte (doravante “Cedronorte”) e Companhia de Fiação e Tecidos Santo Antônio (doravante “Santo Antônio”) - indústrias têxteis instaladas em Minas Gerais, na área da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, SUDENE.

2 Bases de elaboração, apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado - IFRS e BR GAAP; e
- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora - BR GAAP.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas, pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

2.2. Base de Elaboração

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor, ajustadas para refletir o “custo atribuído” de edificações e benfeitorias e máquinas, equipamentos e instalações na data de transição para os CPCs, e determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data da transação.

A publicação dessas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 04 de março de 2013.

Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.3. Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira e suas controladas em 31 de dezembro de 2012 e 2011, apresentadas abaixo:

Razão social	País sede	% participação	
		Total	Votante
Companhia de Fiação e Tecidos Cedronorte	Brasil	99,99%	99,99%
Companhia de Fiação e Tecidos Santo Antônio	Brasil	85,44%	99,99%

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos entre a Companhia e suas controladas, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre as companhias, são eliminados por completo.

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

O saldo dos resultados abrangentes é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras mesmo se resultar em saldo negativo dessas participações.

2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico em que a empresa atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, das duas principais controladas.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

São representadas por disponibilidades em moeda nacional e aplicações financeiras em títulos de renda fixa e depósitos interfinanceiros acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, cujo risco de mudança de valor justo é insignificante, sendo utilizadas pela Companhia no gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

2.6. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

2.7. Ativos financeiros

Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as categorias de empréstimos e recebíveis e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem empréstimos a controladora, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. São mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o efeito do desconto com base na taxa de juros efetiva é imaterial.

Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são instrumentos financeiros mantidos para negociação. É classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os instrumentos dessa categoria são classificados como circulantes. Os derivativos também são categorizados como mantido para negociação.

2.7.1. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

2.7.2. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Para certas categorias de ativos financeiros, tais como contas a receber, os ativos são avaliados coletivamente, mesmo se não apresentarem evidências de que estão registrados por valor superior ao recuperável quando avaliados de forma individual. Evidências objetivas de redução ao valor recuperável para uma carteira de créditos podem incluir a experiência passada da Companhia e suas controladas na cobrança de pagamentos e o aumento no número de pagamentos em atraso após o período médio de 90 dias, além de mudanças observáveis nas condições econômicas nacionais ou locais relacionadas à inadimplência dos recebíveis.

Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo amortizado, o valor da redução ao valor recuperável registrado corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de juros efetiva original do ativo financeiro.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

Para ativos financeiros registrados ao custo amortizado, se em um período subsequente o valor da perda da redução ao valor recuperável diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após a redução ao valor recuperável ter sido reconhecida, a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio do resultado, desde que o valor contábil do investimento na data dessa reversão não exceda o eventual custo amortizado se a redução ao valor recuperável não tivesse sido reconhecida.

2.8. Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia estão classificados como “Outros passivos financeiros”.

Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Empréstimos

Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquidos dos custos incorridos na transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*). Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relativos ao empréstimo.

2.9. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data de contratação e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de “*hedge*”; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de “*hedge*”.

2.10. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

2.11. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras, sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (Nota 12 (b)). A alíquota efetiva do imposto de renda é calculada levando-se em conta os incentivos fiscais de imposto de renda concedido, sobre as projeções futuras de resultado.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício.

2.12. Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios. Conforme faculdade estabelecida pelo CPC 27, a Companhia optou, na adoção inicial dos CPCs, pela atribuição de custo para terrenos, edificações, máquinas e instalações industriais. Os itens adquiridos após a data de transição são registrados pelo custo de aquisição, formação ou construção.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil estimada do ativo, às taxas descritas na Nota 10.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Os custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

2.13. Ativos intangíveis

(i) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido é o valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisição de controladas é registrado como “ativo intangível”. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. As perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

(ii) Marcas e patentes

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. Posteriormente, as marcas e licenças, uma vez que tem vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 15 a 20 anos.

(iii) Softwares

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os gastos de desenvolvimento e melhoria de sistemas já existentes são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

2.14. Redução ao valor recuperável de ativos não-financeiros

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

2.15. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor tiver sido estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.16. Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

A receita decorrente de incentivos fiscais de ICMS (PROALMINAS - Nota 8), recebida na forma de ativo monetário (crédito presumido), é reconhecida no resultado do exercício ao longo do período correspondente às despesas incorridas de ICMS, objeto da compensação desses incentivos.

2.17. Destinação do lucro

A distribuição dos dividendos e juros sobre o capital próprio é registrada nas demonstrações financeiras segundo as determinações estatutárias, como um passivo. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

2.18. Informações por segmento

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. Tendo em vista que todas as decisões são tomadas em base a relatórios consolidados, que todos os produtos são produzidos na linha têxtil, que não existem gerentes que sejam responsáveis por determinado segmento e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia concluiu que possui somente um segmento para divulgação: a produção e comercialização de produtos têxteis e afins para o mercado externo e interno.

2.19. Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidas recentemente e adotados pela Companhia

Os pronunciamentos e interpretações do *International Financial Reporting Interpretations Committee* - IFRIC listados a seguir entraram em vigor no presente exercício, sendo adotados pela Companhia em suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2012. Os referidos pronunciamentos não causaram efeitos nas presentes demonstrações financeiras:

Pronunciamento/Interpretação	Descrição	Vigência
IAS 12 - Impostos Sobre Lucro	Apresenta uma exceção aos princípios gerais da IAS 12 no sentido de que a mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos devem refletir os efeitos fiscais resultantes da maneira pela qual a entidade espera recuperar o valor contábil de um ativo. Presume, ainda, que a recuperação do valor residual de um ativo avaliado a valor justo conforme IAS 40 será, normalmente, por meio de sua venda.	Períodos anuais iniciados em/ou após 1º de janeiro de 2012.
Alterações à IFRS 7 - Divulgação - Transferência de ativos financeiros	Alterou as divulgações requeridas para ajudar os usuários de demonstrações contábeis a avaliarem as exposições a riscos relativas a transferências de ativos financeiros e o efeito desses riscos sobre a posição financeira da entidade.	Períodos anuais iniciados em/ou após 1º de janeiro de 2012.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.20. Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidas recentemente e ainda não adotados pela Companhia

Os pronunciamentos contábeis do IASB a seguir foram publicados e/ou revisados, mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC e CVM. Dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia em suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2012. Quando aplicável, a Companhia implementará tais pronunciamentos à medida que suas aplicações se tornarem obrigatórias, não sendo esperados efeitos relevantes para suas demonstrações financeiras:

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Refere-se à primeira fase do projeto de substituição do “IAS 39: Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração”. Introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros.	Em vigor para períodos anuais iniciados em/ou após 1º de janeiro de 2015.
IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas	Substitui as partes do IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas que tratam de quando e como um investidor deve preparar demonstrações financeiras consolidadas e substitui o SIC 12 - Consolidação - Sociedade de Propósito Específico. Adicionalmente, a IFRS 10 inclui uma nova definição de controle que contém três elementos: a) poder sobre uma investida; b) exposição, ou direitos, a retornos variáveis da sua participação na investida; e c) capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor dos retornos ao investidor.	Em vigor para períodos anuais iniciados em/ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 11 - Acordos de Participações	A IFRS 11 substitui a IAS 31 - Participações em <i>Joint Ventures</i> : Pelo novo <i>statement</i> existem três tipos de acordos de participação: entidades controladas em conjunto, ativos controlados em conjunto e operações controladas em conjunto. Adicionalmente, de acordo com a IFRS 11, as <i>joint ventures</i> devem ser contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto as entidades controladas em conjunto, de acordo com a IAS 31, podem ser contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial ou pelo método de contabilização proporcional.	
IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades	Estabelece o objetivo das divulgações e as divulgações mínimas para entidades que tenham investimentos em subsidiárias, controladas em conjunto, associadas ou outras entidades não consolidadas.	
IFRS 13 - Medições de Valor Justo	Estabelece uma fonte única de orientação para as mensurações do valor justo e divulgações acerca das mensurações de valor justo quando o mesmo é exigido por outros pronunciamentos. A norma define valor justo, apresenta uma estrutura de mensuração de valor justo e exige divulgações das mensurações do valor justo. O escopo da IFRS 13 é abrangente, aplicando-se a itens de instrumentos financeiros e não financeiros.	
IAS 19 (R) - Benefícios a Empregados	Altera a contabilização dos planos de benefícios definidos e dos benefícios de rescisão. A modificação mais significativa refere-se à contabilização das alterações nas obrigações de benefícios definidos e ativos do plano conforme ocorram, e, portanto, a eliminação da “abordagem de corredor” permitida na versão anterior da IAS 19 e o reconhecimento antecipado dos custos de serviços passados.	
IAS 27 (R) - Demonstrações Separadas	Os requerimentos do IAS 27 relacionados às demonstrações financeiras consolidadas são substituídos pelo IFRS 10. Requerimentos para demonstrações financeiras separadas são mantidos.	
IAS 28 (R) - Investimento em Coligada e em Controlada	Inclui as alterações introduzidas pelos IFRSs 10, 11 e 12. Esclarece os conceitos de “Influência Significativa”, exemplos para aplicação do método de equivalência patrimonial e como realizar testes por <i>impairment</i> para coligadas e coligadas em conjunto.	

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, são as relacionadas ao imposto de renda e contribuição social diferidos, estimativa de valor justo de instrumentos financeiros derivativos e provisões, as quais estão apresentadas detalhadamente em cada uma das notas explicativas.

(a) Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

A Companhia realizou as projeções para recuperação dos impostos diferidos, de acordo com a Instrução CVM 371, considerando o índice atual de inflação. A análise demonstrou a recuperação dos ativos no prazo de 10 anos.

(b) Provisões para riscos

A Companhia reconhece provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Na Nota 16, encontram-se divulgados os montantes das contingências que não foram provisionados pela Companhia em função da sua avaliação de que o risco de perda seria “possível”. Caso essa avaliação seja alterada para “provável”, esses montantes teriam impacto direto no resultado da Companhia.

4. Gestão do risco financeiro

(a) Política de gestão de riscos financeiros

A gestão dos riscos financeiros é realizada de forma a orientar em relação às transações, requerendo diversificação e seleção de contrapartes. Regularmente, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são monitoradas, com o propósito de avaliar o resultado e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

(b) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis e o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber.

(c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

(d) Risco de mercado

Por meio de suas atividades, a Companhia fica exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de câmbio e nas taxas de juros.

(i) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A exposição das taxas de juros está sumarizada na nota de sensibilidade abaixo.

(ii) Risco de taxa de câmbio

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

A exposição cambial líquida da Companhia e de suas controladas, vinculadas, substancialmente ao dólar norte-americano, é assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	Em dólares americanos (US\$ mil)		Em dólares americanos (US\$ mil)	
	2012	2011	2012	2011
Financiamentos em moeda estrangeira	(17.846)	(19.039)	(23.795)	(32.201)
Fornecedores mercado externo	-	(27)	(171)	(55)
Depósitos em dólar	1.342	1.980	2.545	3.966
Contas a receber em moeda estrangeira	1.382	1.972	2.387	3.683
Exposição ativa (passiva) líquida	(15.122)	(15.114)	(19.034)	(24.607)
Instrumentos financeiros derivativos - SWAP	21.897	23.438	21.897	23.438
Exposição ativa (passiva) líquida após derivativos	6.775	8.324	2.863	(1.169)

Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

Na elaboração da análise de sensibilidade para o risco da taxa de câmbio foi utilizada a cotação do dólar, disponibilizada no mercado financeiro, tendo como cenário provável o dólar cotado a R\$ 2,09 em 2012, conforme entendimento do mercado, divulgado através do Boletim Focus. Os cenários II e III foram calculados com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco, que no caso é a cotação futura do dólar. A análise de sensibilidade levou em consideração a exposição ativa ou passiva líquida do Consolidado e da Controladora, sendo que nos casos em que a exposição é ativa, a deterioração da variável de risco, nesse caso, se refere à redução da taxa do dólar, ao passo que nos casos em que a exposição é passiva, a deterioração se refere ao aumento da taxa do dólar. O cenário base foi calculado utilizando-se o dólar de fechamento em 31 de dezembro de 2012, de R\$ 2,0435.

	Controladora			
	2012			
	Base	Provável	II	III
Financiamentos em moeda estrangeira (US\$ mil)	(36.468)	(37.298)	(27.974)	(18.649)
Depósitos em dólar	2.742	2.805	2.104	1.403
Contas a receber em moeda estrangeira (US\$ mil)	2.824	2.888	2.166	1.444
Exposição ativa (passiva) líquida (US\$ mil)	(30.902)	(31.605)	(23.704)	(15.802)
Instrumentos Financeiros Derivativos - SWAP(*)	44.747	45.765	34.324	22.883
Exposição ativa (passiva) líquida após derivativos (US\$ mil)	13.845	14.160	10.620	7.081
Efeito Líquido da Variação Cambial - ganho / (perda)	-	315	(3.225)	(6.764)

	Consolidado			
	2012			
	Base	Provável	II	III
Financiamentos em moeda estrangeira (US\$ mil)	(48.625)	(49.732)	(37.299)	(24.866)
Fornecedores mercado externo (US\$ mil)	(349)	(357)	(268)	(179)
Depósitos em dólar	5.201	5.319	3.989	2.660
Contas a receber em moeda estrangeira (US\$ mil)	4.878	4.989	3.742	2.495
Exposição ativa (passiva) líquida (US\$ mil)	(38.895)	(39.781)	(29.836)	(19.890)
Instrumentos Financeiros Derivativos - SWAP(*)	44.747	45.765	34.324	22.883
Exposição ativa (passiva) líquida após derivativos (US\$ mil)	5.852	5.984	4.488	2.993
Efeito Líquido da Variação Cambial - ganho / (perda)	-	132	(1.364)	(2.859)

(*) Para a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos - SWAP, consideramos para alguns contratos o limitador superior de cotação para o dólar de R\$2,20 conforme pode ser verificado na nota 4 (e) - Derivativos.

(e) Derivativos

Hedge

A controlada Santo Antônio participou em operações de opções de compra e de venda na Bolsa de Nova York com o objetivo de proteger e gerenciar os riscos inerentes à cotação da sua principal matéria-prima, o algodão. Essas operações têm como objetivo aperfeiçoar a aquisição futura de algodão, potencializando a competitividade da Companhia e suas controladas. Os contratos desses instrumentos financeiros não tem fins especulativos e, geralmente, não são liquidados antes dos seus respectivos vencimentos originais. Os instrumentos financeiros negociados requeriam ajustes de margem de garantia.

A definição técnica destes contratos é sumariada a seguir:

Opções de compra e venda (Européia) são operações de balcão nas quais o comprador da opção de compra ou de venda paga um prêmio inicial e, no vencimento, caso a diferença entre o valor contratado (preço de exercício) e o valor no mercado à vista seja negativa (no caso de uma opção de compra) ou positiva (no caso de uma opção de venda), este exercerá o seu direito. O não exercício das opções ocasionará a perda do prêmio inicial pago, por parte do comprador. O vendedor da opção é quem recebe um prêmio inicial e assume o risco de ganho limitado ao prêmio e perda ilimitada. Os contratos de derivativos possuem, ainda, chamadas de margem, que consistem em efetuar depósitos para garantir o cumprimento dos contratos. Os depósitos de margem são registrados na rubrica “instrumentos financeiros derivativos”, no ativo circulante.

Os resultados das operações de balcão no mercado futuro de algodão, realizados e liquidados financeiramente, resultaram em uma perda líquida de R\$ 6.679 no primeiro semestre de 2012 e de R\$ 11.394 em 2011 (vide nota 24). Essa perda foi decorrente da queda do preço do algodão em comparação ao preço de exercício das opções de compra realizadas. No segundo semestre de 2012, não foram negociados derivativos de algodão.

Swap

A Cedro contratou *swaps* que visam proteger a Companhia do aumento da cotação do dólar, que influencia diretamente nos contratos de financiamentos. Os efeitos no resultado são reconhecidos em “receitas financeiras”, em contrapartida de “outras provisões” para o saldo de diferencial a pagar e em “outros ativos circulantes” para o saldo de diferencial a receber. As principais condições contratuais são as seguintes:

- a) ITAU BBA - Contratos com Posição Passiva a CDI + 3,45% a. a; vencimento 2014

Cenários	Efeitos Financeiros
Cotação do dólar na data de vencimento for superior a R\$ 1,81	A Cedro pagará a taxa pós fixada de 100 % CDI + 3,45%a.a., sendo previsto pagamento trimestral de juros.
	O Itaú BBA pagará à Companhia o fator de correção de 100% da variação do dólar + 6,233%a.a.
	A Companhia irá apurar ganho no <i>Swap</i> caso o efeito da variação cambial positiva (superior a R\$ 1,81) for superior ao efeito do CDI + 3,45% (Passivo Cedro) no período compreendido até o vencimento dos compromissos financeiros em US\$.
Cotação do dólar na data de vencimento for inferior a R\$ 1,81	A Cedro pagará a taxa pós fixada de 100% CDI + 3,45%a.a., sendo previsto pagamento trimestral de juros.
	O Itaú BBA pagará à Companhia o fator de correção de 100% da variação do dólar + 6,233%a.a.
	A Companhia irá apurar perda no <i>Swap</i> caso o efeito da variação cambial negativa (inferior a R\$ 1,81) for superior ao efeito da taxa de 6,233%a.a. (Passivo Itaú) no período compreendido até o vencimento dos compromissos financeiros em US\$.

Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) ITAU BBA - Contratos com Posição Passiva a 32,5% CDI - vencimentos 2012 a 2014

Cotação do dólar na data de vencimento for superior ao limitador de R\$ 2,20	<p>A Cedro pagará a taxa pós fixada de 32,50% CDI, aplicada sobre o valor nominal fixo em moeda nacional.</p> <p>O Itaú BBA pagará à Companhia o valor nominal fixo em moeda nacional multiplicado pelo fator de 1,18598383 (R\$/US\$ 2,20).</p> <p>Considerando o CDI no mesmo patamar do dia de abertura, a Companhia irá apurar ganho no Swap.</p>
Cotação do dólar na data de vencimento for inferior ao limitador de R\$ 2,20	<p>A Cedro pagará a taxa pós fixada de 32,50% CDI, aplicada sobre o valor nominal fixo em moeda nacional.</p> <p>O Itaú BBA pagará à Companhia o fator de correção de 100% da variação do dólar.</p> <p>Entre o intervalo de US\$ 1,855 a US\$ 2,200, a Companhia poderá apurar ganhos ou perdas, dependerá da evolução do CDI e da cotação do dólar.</p>
Cotação do dólar na data de vencimento for inferior a R\$ 1,855	<p>A Cedro pagará a taxa pós fixada de 32,50% CDI, aplicada sobre o valor nominal fixo em moeda nacional.</p> <p>O Itaú BBA pagará à Companhia o fator de correção de 100% da variação do dólar.</p> <p>Neste caso a Companhia irá apurar perdas.</p>

As operações desses instrumentos financeiros derivativos (*swap*) em aberto em 31 de dezembro de 2012, podem ser sumariadas como segue (Controladora e Consolidado):

	Vencto mês/ano	Valor nominal		Indexador		Valor justo (mercado) - contábil		Ganho (Perda) 31/12/2012
		Posição ativa US\$ - mil	Posição passiva R\$ mil	Posição ativa	Posição passiva	Posição ativa R\$ mil	Posição passiva R\$ mil	
ITAU BBA	2013	4.676	8.674	US\$ futuro*	32,50% CDI	9.495	(8.762)	733
ITAU BBA	2014	646	1.198	US\$ futuro*	32,50% CDI	1.302	(1.186)	116
ITAU BBA	dez/14	16.574	30.000	US\$ futuro + 6,23% a.a	CDI + 3,45% a.a	36.269	(31.586)	4.683
						47.066	(41.534)	5.532
Diferencial a receber contabilizado em 31/12/2011								(948)
Receita de valor justo das operações em aberto								4.584
Despesas de Juros do SWAP								(1.274)
Resultado líquido do SWAP (vide Nota 23)								3.310

Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As operações desses instrumentos financeiros derivativos (*swap*) em aberto em 31 de dezembro de 2011, podem ser sumariadas como segue (Controladora e Consolidado):

	Vencto mês/ano	Valor nocional		Indexador		Valor justo (mercado) - contábil		Ganho (perda) 31/12/2011
		Posição ativa US\$ - mil	Posição passiva R\$ mil	Posição ativa	Posição passiva	Posição ativa R\$ mil	Posição passiva R\$ mil	
ITAU BBA	2012	1.542	2.854	US\$ futuro*	32,50% CDI	2.875	(2.863)	12
ITAU BBA	2013	4.676	8.666	US\$ futuro*	32,50% CDI	8.699	(8.679)	20
ITAU BBA	2014	646	1.198	US\$ futuro*	32,50% CDI	1.201	(1.199)	2
ITAU BBA	dez/14	16.574	30.000	US\$ futuro	CDI+3,45% a.a	31.247	(30.333)	914
						44.022	(43.074)	948

(*) Operação com limitador superior no ativo Cedro e Cachoeira com dólar cotado a R\$ 2,20.

(f) Demais instrumentos financeiros

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos empréstimos com encargos financeiros variáveis, tais como Selic, CDI, TJLP, entre outros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia e suas controladas, com cenário mais provável (cenário I), segundo avaliação efetuada pela Administração.

Para a realização da análise de sensibilidade demonstrada no quadro a seguir, a Administração utilizou como premissa os indicadores macroeconômicos vigentes por ocasião do encerramento do exercício, por entender que, devido à volatilidade de mercado, o cenário provável seria equiparado ao de 31 de dezembro de 2012, para aqueles empréstimos e financiamentos atrelados a taxas pós-fixadas, consideradas para essa análise de sensibilidade como a variável de risco. Assim, a Companhia estima no cenário provável uma Selic próxima de 7,29%, a TJLP em 5,5% e o CDI em 6,9%.

Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração da variável de risco considerada, respectivamente (cenários II - possível e III - remoto). Para efeitos dessa análise de sensibilidade, foram considerados os ajustes a pagar somente das próximas datas de vencimento.

Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

				Controladora
				2012
<u>Empréstimos</u>				
<u>Indexador:</u>	Valor	Conforme taxa efetiva	Cenário possível 25%	Cenário remoto 50%
100% CDI + 1,23	(10.555)	(860)	(1.073)	(1.285)
100% CDI + 1,23	(7.272)	(591)	(739)	(887)
TJLP + 3,30 a 7,00	(1.577)	(168)	(210)	(252)
TJLP + 3,00	(11.424)	(971)	(1.214)	(1.457)
Res 635 + 2,8	(178)	(19)	(24)	(29)
TR+12,06 a TR+14,20	(1.847)	-	-	-
112,20% CDI	(2.435)	(189)	(236)	(284)
100% CDI + 2,73%	(1.320)	(127)	(159)	(191)
100% CDI +3,45 (*)	(30.229)	(3.129)	(3.911)	(4.693)
32,5% CDI (*)	(9.871)	(216)	(271)	(325)
	<u>(76.708)</u>	<u>(6.270)</u>	<u>(7.837)</u>	<u>(9.403)</u>
<u>Aplicações Financeiras</u>				
<u>Indexador:</u>				
100,10% a 102,10% CDI	2.335	163	204	244
TR	30	-	-	-
	<u>2.365</u>	<u>163</u>	<u>204</u>	<u>244</u>
Exposição Líquida	<u>(74.343)</u>	<u>(6.107)</u>	<u>(7.633)</u>	<u>(9.159)</u>
(Aumento) / redução nas despesas financeiras anuais	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.526)</u>	<u>(3.052)</u>

Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado				
2012				
<u>Empréstimos</u>				
<u>Indexador:</u>	Valor	Cenário provável	Cenário possível 25%	Cenário remoto 50%
100% SELIC + 3,00	(2.735)	(280)	(350)	(421)
100% CDI + 1,23	(15.643)	(1.272)	(1.590)	(1.908)
100% CDI + 1,23	(7.272)	(591)	(739)	(887)
Nota de Crédito à Exportação	(5.298)	(366)	(457)	(548)
TJLP + 3,30 a 7,00	(2.919)	(311)	(389)	(466)
TJLP + 3,00	(21.186)	(1.801)	(2.251)	(2.700)
Res 635 + 2,8	(211)	(23)	(29)	(35)
TR+12,06 a TR+14,20	(2.604)	-	-	-
100% CDI + 1,5	(6.857)	(576)	(720)	(864)
112,20% CDI	(2.435)	(189)	(236)	(284)
100% CDI + 2,73%	(1.320)	(127)	(159)	(191)
100% CDI + 3,45 (*)	(30.229)	(3.129)	(3.911)	(4.693)
32,5% CDI (*)	(9.871)	(216)	(271)	(325)
	<u>(108.580)</u>	<u>(8.881)</u>	<u>(11.102)</u>	<u>(13.322)</u>
<u>Aplicações Financeiras</u>				
<u>Indexador:</u>				
98% a 102,10% CDI	6.470	449	561	673
TR	30	-	-	-
	<u>6.500</u>	<u>449</u>	<u>561</u>	<u>673</u>
Exposição Líquida	<u>(102.080)</u>	<u>(8.432)</u>	<u>(10.541)</u>	<u>(12.649)</u>
(Aumento) / redução nas despesas financeiras anuais	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.109)</u>	<u>(4.217)</u>

(*) Operações de derivativos SWAP

(g) Gestão de risco de capital

O objetivo principal da Administração de capital da Companhia e suas controladas é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Companhia e suas controladas administram a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia e suas controladas podem ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas ou emitir novas ações. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro 2012 e 2011.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia e suas controladas monitoram o capital com base nos índices de alavancagem financeira e de capital de terceiros. O índice de alavancagem financeira corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	120.001	119.685	233.347	258.496
(-) caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(6.801)	(17.160)	(14.046)	(29.470)
A - Dívida líquida	113.200	102.525	219.301	229.026
Total do patrimônio líquido	297.116	289.520	321.206	311.018
B - Capital e dívida líquida	410.316	392.045	540.507	540.044
A/B Quociente de alavancagem	27,59%	26,15%	40,57%	42,41%

(h) Estimativa do valor justo

A Companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. O valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados.

Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas apresentadas nas informações contábeis intermediárias, conforme Nível 2:

	Controladora				Consolidado			
	2012		2011		2012		2011	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros								
Caixa e equivalentes de caixa	6.801	6.801	17.160	17.160	14.046	14.046	29.470	29.470
Contas a receber	55.785	55.785	58.373	58.373	106.551	106.551	104.129	104.129
Instrumentos financeiros derivativos	5.532	5.532	948	948	5.532	5.532	2.759	2.759
Dividendos a receber	6.508	6.508	4.594	4.594	-	-	-	-
Depósitos judiciais	8.350	8.350	8.043	8.043	9.461	9.461	8.700	8.700
Títulos e certificados	3.411	3.411	-	-	3.411	3.411	-	-
Outras contas a receber	87	87	777	777	91	91	2.799	2.799
Passivos financeiros								
Fornecedores	(28.196)	(28.196)	(42.689)	(42.689)	(21.970)	(21.970)	(18.067)	(18.067)
Mútuos com controlada	(33.346)	(33.346)	(14.787)	(14.787)	-	-	-	-
Comissões a pagar	(1.968)	(1.968)	(1.737)	(1.737)	(3.662)	(3.662)	(3.169)	(3.169)
Empréstimos e financiamentos	(120.001)	(120.942)	(119.685)	(119.999)	(233.347)	(235.178)	(258.496)	(260.151)
Dividendos propostos	(784)	(784)	(137)	(137)	(1.566)	(1.566)	(801)	(801)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	(2.173)	(2.173)
Outras contas a pagar	(505)	(505)	(814)	(814)	(527)	(527)	(1.553)	(1.553)
	<u>(98.326)</u>	<u>(99.267)</u>	<u>(89.954)</u>	<u>(90.268)</u>	<u>(121.980)</u>	<u>(123.811)</u>	<u>(136.402)</u>	<u>(138.057)</u>

Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5. Instrumento financeiro por categoria

Os instrumentos financeiros por categoria são classificados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Ativos				
Valor justo por meio de resultado				
Instrumentos financeiros derivativos	5.532	948	5.532	2.759
Empréstimos e recebíveis				
Contas a receber de clientes	55.785	58.373	106.551	104.129
Caixa e bancos	4.436	5.140	7.546	10.087
Aplicações de liquidez imediata	2.365	12.020	6.500	19.383
Dividendos a receber	6.508	4.594	-	-
Outras contas a receber	87	777	91	2.799
Títulos e certificados	3.411	-	3.411	-
Depósito judicial	8.350	8.043	9.461	8.700
	<u>86.474</u>	<u>89.895</u>	<u>139.092</u>	<u>147.857</u>
Passivos				
Valor justo por meio de resultado				
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	2.173
Outros passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	120.001	119.685	233.347	258.496
Fornecedores	28.196	42.689	21.970	18.067
Mútuo com controlada	33.346	14.787	-	-
Comissões a pagar	1.968	1.737	3.662	3.169
Dividendos propostos	784	137	1.566	801
Outras contas a pagar	505	814	527	1.553
	<u>184.800</u>	<u>179.849</u>	<u>261.072</u>	<u>284.259</u>

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Caixa e contas correntes bancárias	4.436	5.140	7.546	10.088
Aplicações financeiras de liquidez imediata				
Certificados de depósitos bancários - CDB	2.335	11.969	5.898	18.791
Outros	30	51	602	591
	<u>6.801</u>	<u>17.160</u>	<u>14.046</u>	<u>29.470</u>

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a operações de curto prazo, negociáveis e com alta liquidez no mercado. As aplicações em CDB de liquidez imediata possuem rentabilidade próxima à variação de 100% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário e as aplicações lastreadas em Debêntures rendem 100% do CDI. Os valores apresentados incluem rendimentos incorridos até a data do balanço e no resgate antecipado não haverá cobrança de encargos pela liquidação. O valor a ser resgatado é equivalente ao valor aplicado mais os rendimentos até o momento do resgate.

Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Cliente no país	61.456	63.822	118.943	117.440
Cliente no exterior	2.825	3.699	4.878	6.908
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(8.496)	(9.148)	(17.270)	(20.219)
	<u>55.785</u>	<u>58.373</u>	<u>106.551</u>	<u>104.129</u>

A composição do contas a receber é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
A vencer	50.069	48.277	96.098	91.427
Vencidos				
Até 30 dias	3.098	3.451	5.890	6.857
Entre 31 e 60 dias	619	1.843	1.508	2.971
Entre 61 e 90 dias	301	776	610	1.360
Acima de 90 dias	10.194	13.174	19.715	21.733
	<u>64.281</u>	<u>67.521</u>	<u>123.821</u>	<u>124.348</u>

A movimentação na provisão para crédito de liquidação duvidosa foi como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Saldo no início do exercício/ período	(9.148)	(9.102)	(20.219)	(20.812)
Adições (Nota 22)	(2.116)	(3.046)	(3.689)	(5.538)
Baixas líquidas de reversão	2.768	3.000	6.638	6.131
Saldo no final do exercício/ período	<u>(8.496)</u>	<u>(9.148)</u>	<u>(17.270)</u>	<u>(20.219)</u>

8. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Produtos acabados	29.450	34.004	40.350	41.263
Produtos em processo	13.934	14.458	20.636	21.212
Matérias-primas	530	247	10.514	13.694
Materiais auxiliares	3.862	3.558	13.316	13.161
Importações em andamento	308	64	474	462
Provisão para perdas em estoque	(4.632)	(2.120)	(6.028)	(3.278)
	<u>43.452</u>	<u>50.211</u>	<u>79.262</u>	<u>86.514</u>

Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação na provisão para perdas no estoque foi como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Saldos no início do exercício	(2.120)	(1.220)	(3.278)	(2.507)
Adições	(2.512)	(1.415)	(2.750)	(1.414)
Reversão / baixas	-	515	-	643
Saldos no final do exercício	(4.632)	(2.120)	(6.028)	(3.278)

9. Impostos e contribuições a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Circulante				
ICMS - operações mercantis	-	-	43	2.716
ICMS - aquisição de imobilizado	207	219	831	417
Impostos sobre vendas em trânsito	361	600	430	1.215
Pis e Cofins - créditos a recuperar - sobre insumos	429	-	2.170	-
Outros	90	65	432	106
	1.087	884	3.906	4.454
Não circulante				
ICMS - operações mercantis	18.074	17.455	38.893	31.329
ICMS - aquisição de imobilizado	265	567	737	2.980
Outros	133	133	133	133
	18.472	18.155	39.763	34.442

O crédito de ICMS em operações mercantis é considerado pela Administração como realizável no curso normal dos negócios complementado por medidas adicionais de realização. A classificação no ativo não circulante reflete o prazo esperado de realização, segundo as projeções de operações futuras da Companhia e suas controladas. Esse saldo, formado nos últimos anos, decorre da redução da alíquota do imposto incidente sobre as vendas, concedida por incentivo fiscal através do programa PROALMINAS - Programa Mineiro de Incentivo a Cultura do Algodão (artigo 75, inciso VII do Decreto 43.080/02 - RICMS). O benefício gerado em 2012 totalizou R\$ 22.059 (R\$ 25.731 em 2011) e foi registrado no resultado do exercício na rubrica contábil "Deduções de vendas".

A Administração tem adotado as seguintes medidas para evitar o aumento do saldo e possibilitar a realização dos créditos existentes: aquisição de insumos com ICMS diferido; transferência de créditos para terceiros e aquisição de bens de capital, em operações internas. Existe acordo firmado com fornecedores e regime especial aprovado em 2013, autorizando a transferência de R\$ 12.747 em ICMS para aquisição de bens de capital.

Em dezembro, foi publicada a Lei nº 20.540, regulamentada pelo decreto nº 46.131, de 9 de janeiro de 2013, que acrescentou o art. 75-A ao Regulamento do ICMS, o qual limitou a apropriação do crédito presumido de ICMS. Referidos dispositivos determinam que a apropriação do crédito presumido do imposto, somada aos créditos normais, não pode resultar em saldo credor no período de apuração. Portanto, fica vedada a apropriação do crédito presumido que exceder ao total do débito em cada período de apuração. O excesso também não pode ser transferido para os períodos subsequentes.

Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10. Partes relacionadas - controladora

Os direitos e obrigações entre partes relacionadas não possuem prazos estipulados para recebimento e liquidação e estão condicionados ao fluxo de caixa das empresas. As transações são efetuadas em condições negociadas entre a controladora e suas controladas.

Os contratos de mútuo existentes entre as empresas são remunerados à variação de 100% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário, com vigência para 360 dias, podendo ser amortizados em prazo inferior para maximizar o fluxo de caixa das empresas.

A Companhia e suas controladas são mantenedoras da Associação Beneficente dos Empregados da Cedro e Cachoeira - ABC ("ABC"), instituição de fins assistenciais, culturais e recreativos sem qualquer objetivo de lucro, sendo as despesas e contribuições:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Contribuições a ABC	528	540	750	772

A Companhia e controladas mantém negócios com empresas relacionadas a determinados membros da Administração, adquirindo serviços advocatícios. Os preços dos serviços são acordados entre as partes, sendo que os serviços adquiridos são pagos com base no êxito.

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Serviços Advocatícios	112	224	229	437

Adicionalmente, a Companhia recebeu, em 06 de agosto de 2012, por doação do Grêmio Recreativo Têxtil Esporte Clube um imóvel no valor de R\$ 2.853, conforme descrito na nota explicativa 13.

Os principais saldos e transações da Companhia com partes relacionadas são os seguintes:

	Companhia de Fiação e Tecidos Cedronorte		Companhia de Fiação e Tecidos Santo Antônio	
	2012	2011	2012	2011
Saldos				
Contas a receber	7	2.216	41	199
Dividendos a receber	2.303	697	4.205	3.897
Fornecedores	(48)	(115)	(18.481)	(34.117)
Mútuo ativo (passivo)	(191)	518	(33.154)	(14.787)
Transações				
Compras	(54)	(122)	(156.660)	(183.507)
Vendas	96	913	39.176	31.617
Receitas financeiras	21	68	-	1
Despesas financeiras	(3)	(2)	(2.627)	(760)

Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11. Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Remuneração do conselho e diretoria	3.258	2.996	3.927	3.638
Participação nos lucros	1.027	890	1.027	1.065
	<u>4.285</u>	<u>3.886</u>	<u>4.954</u>	<u>4.703</u>

12. Títulos e certificados

Em 15 de agosto de 2012, a Justiça Federal expediu sentença definitiva favorável à Companhia, tendo como objeto o ressarcimento de incentivo fiscal do IPI, Crédito-Prêmio do IPI - Fase II (de 01 de abril de 1981 a 30 de abril de 1985) com emissão de precatório no valor de R\$ 3.994, com base em julho de 2007. A atualização monetária desse saldo montou em R\$ 2.208 até 31 de dezembro de 2012, registrada na rubrica de atualização (vide nota 24), totalizando o montante desse crédito em R\$ 6.202.

Baseada em seus assessores especialistas externos, a Administração constituiu provisão a valor de mercado no valor de R\$ 2.791 (vide nota 23), representando 45% de deságio. Atualmente, o saldo é de R\$ 3.411.

13. Investimentos em controladas

As principais informações sobre as participações em empresas controladas em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 são sumarizadas como segue:

Informações das controladas

	Companhia de Fiação e Tecidos Cedronorte		Companhia de Fiação e Tecidos Santo Antônio	
	2012	2011	2012	2011
Milhares de ações possuídas pela Companhia				
Ordinárias	3.376	3.376	2.075.359	2.075.359
Preferenciais	4.673	4.673	826.964	1.321.753
Participação da Companhia				
No capital social integralizado	99,99%	99,99%	85,44%	85,44%
No capital votante	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Patrimônio líquido	56.120	49.719	165.847	149.371
Lucros não realizados	(1.576)	(482)	(2.193)	(1.775)
Patrimônio Líquido ajustado	54.544	49.237	163.654	147.596
Lucro líquido do período/ exercício	10.514	2.109	21.398	21.936
Lucros não realizados - venda para a controladora	(1.094)	456	(418)	(317)
Base de cálculo para a equivalência	9.420	2.565	20.980	21.619

Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação dos investimentos

	Companhia de Fiação e Tecidos Cedronorte	Companhia de Fiação e Tecidos Santo Antônio	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	47.368	111.525	158.893
Dividendos complementares (*)	(696)	(3.896)	(4.592)
Equivalência patrimonial	2.565	18.470	21.035
Saldos em 31 de dezembro de 2011	49.237	126.099	175.336
Dividendos complementares (*)	(1.810)	-	(1.810)
Dividendos mínimos obrigatórios	(2.303)	(4.205)	(6.508)
Equivalência patrimonial	9.420	17.924	27.344
Saldos em 31 de dezembro de 2012	54.544	139.818	194.362

(*) Em AGE realizada em 13/04/2012 foram propostos dividendos complementares pela investida de R\$ 1.810 pagos em 14/06/2012.

Composição dos investimentos

	2012	2011
Equivalência patrimonial	194.362	175.336
Ágio	834	834
Saldos	195.196	176.170

14. Propriedades para investimento

A Companhia recebeu por doação do Grêmio Recreativo Têxtil Esporte Clube, entidade vinculada aos funcionários da Companhia, um imóvel de 20.153m² localizado no município de Sete Lagoas-MG, conforme registro no 1º Cartório Imobiliário da Comarca de Sete Lagoas sob a matrícula 16392.

O imóvel foi avaliado a valor justo em R\$ 2.853. Para avaliação do imóvel em atendimento a Lei nº 11.638/2007, CPC nº 28 “Propriedade para Investimentos” e IAS 40, foi contratada a empresa APC - Avaliações Patrimoniais e Consultoria S/C Ltda., CNPJ 01.447.086/0001-68, registro no CREA 20.944/96 e registro no IBAPE (Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias) nº 472, especialista no campo de avaliações de bens móveis e imóveis em geral.

O método adotado pela APC para a avaliação do terreno consiste no método comparativo, através do confronto de dados de mercado, por entenderem como o mais indicado para o caso presente. O método é comparativo, porquanto a pesquisa de mercado realizada foi dirigida no sentido da apuração de valores médios, unitários básicos, praticados e/ou propostos para terrenos semelhantes e/ou comparáveis ao objeto de avaliação, quanto a sua localização e situação, sua topografia, seus serviços públicos essenciais, suas medidas e áreas, com destaque para o grau de aproveitamento dos mesmos, dentre outros fatores secundários, os quais pudessem vir a influir, direta ou indiretamente, na valorização ou desvalorização dos terrenos avaliados.

Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15. Imobilizado

	Controladora					
	Edificações e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Veículos, móveis e utensílios	Terrenos	Obras em andamento	Total
Custo ou avaliação						
Em 31 de dezembro de 2010	79.075	157.166	8.464	44.767	8.922	298.394
Adições	2	1.557	131	-	9.705	11.395
Alienações e baixas	-	(3.380)	(23)	-	-	(3.403)
Transferências	489	10.093	114	-	(10.696)	-
Em 31 de dezembro de 2011	79.566	165.436	8.686	44.767	7.931	306.386
Adições	14	193	89	151	6.897	7.344
Alienações e baixas	-	(380)	(54)	(49)	-	(483)
Transferências	1.501	6.980	2	-	(8.483)	-
Em 31 de dezembro de 2012	81.081	172.229	8.723	44.869	6.345	313.247
Depreciação acumulada						
Em 31 de dezembro de 2010	(21.788)	(112.858)	(5.793)	-	-	(140.439)
Depreciação	(1.960)	(3.993)	(232)	-	-	(6.185)
Alienações e baixas	-	2.621	23	-	-	2.644
Em 31 de dezembro de 2011	(23.748)	(114.230)	(6.002)	-	-	(143.980)
Depreciação	(1.991)	(4.032)	(234)	-	-	(6.257)
Alienações e baixas	-	375	53	-	-	428
Em 31 de dezembro de 2012	(25.739)	(117.887)	(6.183)	-	-	(149.809)
Valor residual líquido						
Em 31 de dezembro de 2012	55.342	54.342	2.540	44.869	6.345	163.438
Em 31 de dezembro de 2011	55.818	51.206	2.684	44.767	7.931	162.406

						Consolidado
	Edificações e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Veículos, móveis e utensílios	Terrenos	Obras em andamento	Total
Custo ou avaliação						
Em 31 de dezembro de 2010	153.475	342.457	9.825	61.530	33.543	600.830
Adições	754	2.063	269	-	37.249	40.335
Alienações e baixas	-	(4.548)	(23)	-	-	(4.571)
Transferências	4.896	28.831	206	-	(33.933)	-
Em 31 de dezembro de 2011	159.125	368.803	10.277	61.530	36.859	636.594
Adições	20	1.040	162	150	12.336	13.708
Alienações e baixas	(8)	(1.186)	(54)	(49)	-	(1.297)
Transferências	8.741	20.997	9	-	(29.747)	-
Em 31 de dezembro de 2012	167.878	389.654	10.394	61.631	19.448	649.005
Depreciação acumulada						
Em 31 de dezembro de 2010	(38.913)	(225.182)	(6.647)	-	-	(270.742)
Depreciação	(3.374)	(8.262)	(339)	-	-	(11.975)
Alienações e baixas	-	3.519	23	-	-	3.542
Em 31 de dezembro de 2011	(42.287)	(229.925)	(6.963)	-	-	(279.175)
Depreciação	(3.597)	(8.990)	(344)	-	-	(12.931)
Alienações e baixas	8	976	53	-	-	1.037
Em 31 de dezembro de 2012	(45.876)	(237.939)	(7.254)	-	-	(291.069)
Valor residual líquido						
Em 31 de dezembro de 2012	122.002	151.715	3.140	61.631	19.448	357.936
Em 31 de dezembro de 2011	116.838	138.878	3.314	61.530	36.859	357.419

Custos de empréstimo capitalizados

Os principais projetos da Companhia e suas controladas incluem a ampliação da estação de tratamento de efluentes líquidos - ETE, reforma do piso do prédio de tingimento, engomadeira Prashant West Point, urdideira Prashant West Point, repotenciação PCH, projeto básico consolidado executivo civil na UPM, reforma na Multi Caixa. Para conclusão desses projetos a Companhia e suas controladas utilizam recursos obtidos junto a terceiros e capitaliza os juros durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido. Durante o exercício de 2012, foram capitalizados R\$ 364 (R\$ 3.125 em 2011), no consolidado e R\$ 1.795 (R\$ 6.987 em 2011) na controladora. A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimos capitalizados foi de 0,58% a.m., que representa a taxa efetiva média dos empréstimos.

Revisão das vidas úteis

Engenheiros e técnicos têxteis da Companhia elaboraram laudo de revisão de vida útil dos bens, consideraram o planejamento operacional da Companhia para os próximos exercícios, antecedentes internos, como o nível de manutenção e utilização dos itens, recomendações e manuais de fabricantes e taxa de vivência dos bens. Historicamente, a Companhia não efetua a alienação de seus principais itens do imobilizado, senão na forma de sucata, quando o valor residual dos itens do imobilizado é considerado próximo de zero.

A estimativa de vida útil remanescente dos itens do imobilizado está demonstrada no quadro a seguir:

Itens do imobilizado	Taxa anual de depreciação
Edificações e benfeitorias	2,14%
Máquinas, equipamentos e instalações	2,31%

Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16. Intangível

Custo	Controladora				Consolidado		
	Vida útil definida		Total	Vida útil indefinida	Vida útil definida		Total
	Marcas e patentes	Softwares e licenças			Marcas e patentes	Softwares e licenças	
				Ágio			
Em 31 de dezembro de 2010	843	8.595	9.438	1.592	2.142	13.022	16.756
Adições	-	236	236	-	-	234	234
Em 31 de dezembro de 2011	843	8.831	9.674	1.592	2.142	13.256	16.990
Adições	-	244	244	-	-	244	244
Em 31 de dezembro de 2012	843	9.075	9.918	1.592	2.142	13.500	17.234
Amortização acumulada							
Em 31 de dezembro de 2010	(371)	(4.311)	(4.682)	(758)	(1.121)	(8.696)	(10.575)
Amortização	(80)	(1.251)	(1.331)	-	(208)	(1.274)	(1.482)
Em 31 de dezembro de 2011	(451)	(5.562)	(6.013)	(758)	(1.329)	(9.970)	(12.057)
Amortização	(80)	(1.272)	(1.352)	-	(209)	(1.284)	(1.493)
Em 31 de dezembro de 2012	(531)	(6.834)	(7.365)	(758)	(1.538)	(11.254)	(13.550)
Valor residual líquido							
Em 31 de dezembro de 2012	312	2.241	2.553	834	604	2.246	3.684
Em 31 de dezembro de 2011	392	3.269	3.661	834	813	3.286	4.933

Os ativos intangíveis com vida útil definida são representados por marcas e patentes e direitos de utilização de software adquiridos junto a empresas especializadas, por programas adaptados para uso da Companhia baseados em softwares existentes no mercado. A amortização é calculada de forma linear em 10 e 5 anos, respectivamente.

17. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Cedro possuem certas hipóteses de vencimento antecipado não financeiras que contemplam, dentre elas: (a) questões relacionadas ao não atendimento das garantias dadas nos empréstimos; (b) alteração do Objeto Social da Companhia ou de qualquer um das garantidoras, exceto se devidamente comunicado ao credor; (c) a incorporação, fusão ou cisão da Cedro; (d) encerramento das atividades da Companhia, pedido ou decretação de falência, insolvência civil ou recuperação extrajudicial que não seja devidamente elidida no prazo legal; (e) questões relacionadas à inadimplência dos valores devidos.

Em 13 de abril de 2012, foi aprovada pela AGE (Assembleia Geral Extraordinária), a alteração parcial do estatuto social da Companhia nos artigos 51º e 3º para atender ao nível um (1) de governança corporativa mercado BOVESPA e incorporação no objeto social da atividade de comercialização de energia, respectivamente. Em função dessa incorporação no objeto social da Companhia, a Administração solicitou uma anuência formal dos bancos com os quais possui empréstimos.

Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Modalidades	Moeda/ indexador	Vencimento final	Encargos financeiros anuais (%)	Controladora			
				2012		2011	
				Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cédula de Crédito - TJLP	R\$	2013-2020	TJLP + 3,30 a	718	859	722	1.573
Contrato de abertura de crédito fixo - TJLP	R\$	2015	TJLP + 3,00	2.716	8.708	-	-
Proinvest	IPCA	2013-2015	6,00	713	1.412	676	2.010
Cédula de Crédito Industrial - Finame Res 635 ⁽³⁾	R\$	2013-2015	Res 635 + 2,8	82	96	77	165
Cédula de Crédito Industrial - Finame PSI ⁽²⁾	R\$	2013-2020	4,50	698	4.889	253	5.586
C. C. Industrial - Capital de Giro	R\$	2012 e 2013	TR + 12,06 a TR	1.847	-	24.434	1.500
Nota de Crédito à Exportação - Cap. Giro	R\$	2012-2013	100% CDI + 1,23	7.272	-	7.086	-
Cédula de Crédito Industrial - Cap. Giro	R\$	2014	100% CDI + 1,23	5.497	5.058	-	-
Pré Pagamento de Exportação	US\$	2013	112,20% CDI	2.435	-	2.236	2.230
Empréstimo Internacional - 4131	US\$	2014	6,23 (Tx+IR)	6.938	27.096	156	31.091
Conta Garantida	R\$	2013	182,82% aa	1.320	-	18	-
Vendor	R\$	2013	8,99	41.647	-	39.872	-
				<u>71.883</u>	<u>48.118</u>	<u>75.530</u>	<u>44.155</u>

Modalidades	Moeda/ indexador	Vencimento final	Encargos financeiros anuais (%)	Consolidado			
				2012		2011	
				Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cédula de Crédito - TJLP	R\$	2013-2020	TJLP + 3,30 a 7,00	1.106	1.813	1.172	2.909
Contrato de abertura de crédito fixo - TJLP	R\$	2015	TJLP + 3,00	5.036	16.150	-	-
Proim / Proinvest	IPCA	2013-2015	6,00	3.891	1.913	3.862	5.330
Cédula de Crédito Industrial - Res 635 ⁽³⁾	R\$	2013-2015	Res 635 + 2,8	98	113	90	194
Cédula de Crédito Industrial - FNE – Finame ⁽¹⁾	R\$	2013-2019	9,78	3.169	23.336	2.545	12.383
Cédula de Crédito Industrial - PSI – Finame ⁽²⁾	R\$	2013-2020	4,50	3.142	18.785	2.616	21.798
C. C. Industrial - Capital de Giro	R\$	2012 e 2013	TR+12,06 a TR+14,20	2.604	-	38.651	2.113
EGF - Cédula Rural	R\$	2013	5,50	5.028	-	17.724	-
Pignoratícia	R\$	2013	5,50	5.028	-	17.724	-
Nota de Crédito à Exportação - Cap. Giro	US\$	2012-2014	100% CDI + 1,23	4.891	407	4.495	4.862
Nota de Crédito à Exportação - Cap. Giro	R\$	2012-2013	100% CDI + 1,23	7.272	-	7.086	-
Cédula de Crédito Industrial - Cap. Giro	R\$	2014	100% CDI + 1,23	8.141	7.502	-	-
Cédula de Crédito Bancário - Cap. Giro	R\$	2013	100% SELIC + 3,00	2.735	-	8.396	2.556
Cédula de Crédito à Exportação	US\$	2014	100% CDI + 1,50	5.501	1.356	6.201	6.225
Financiamento de Importação	US\$	2012	1,80% Linear	-	-	2.908	-
Pré Pagamento de Exportação	US\$	2013	112,20% CDI	2.435	-	2.236	2.231
Empréstimo Internacional - 4131	US\$	2014	6,23 (Tx+IR)	6.938	27.096	156	31.091
Conta Garantida	R\$	2013	100% CDI + 2,73	1.320	-	24	-
Vendor	R\$	2013	8,99	71.569	-	68.642	-
				<u>134.876</u>	<u>98.471</u>	<u>166.804</u>	<u>91.692</u>

⁽¹⁾ FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste.

⁽²⁾ PSI - Programa BNDES de Sustentação do Investimento.

⁽³⁾ Resolução 635 - regulamenta os financiamentos do BNDES realizados a partir de recursos captados em moeda estrangeira, sem vinculação a repasses em condições específicas.

Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As parcelas do passivo não circulante em 31 de dezembro de 2012 (valor nominal) e 31 de dezembro de 2011 (valor presente) vencem como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
2013	-	12.085	-	32.708
2014	42.915	27.056	63.532	34.352
2015	5.463	1.530	17.859	6.615
2016	884	729	9.665	2.848
2017 a 2021	2.994	2.755	20.279	15.169
	<u>52.256</u>	<u>44.155</u>	<u>111.335</u>	<u>91.692</u>

A Companhia presta aval a financiamentos de suas controladas, no montante de R\$ 28.823 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 51.309 em 2011). Os financiamentos são garantidos por notas promissórias e bens do imobilizado no valor contábil consolidado de R\$ 149.530 (R\$ 143.203 em 2011).

18. Provisão para riscos

A Companhia registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para contingências trabalhistas e tributárias para as quais é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Companhia revisou suas estimativas e considerou as provisões existentes suficientes para cobrir eventuais perdas relacionadas a estes processos.

Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas apresentavam os seguintes passivos e os correspondentes depósitos judiciais relacionados a riscos:

					Controladora
	2011	Adições	Baixas	Atualizações	2012
Tributárias:					
IOF	24	-	-	-	24
PIS e Cofins	501	305	-	-	806
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	2.396	-	-	-	2.396
	2.921	305	-		3.226
Trabalhistas	151	45	(85)	-	111
Total das provisões para riscos	3.072	350	(85)	-	3.337
Depósitos judiciais	(2.685)	(44)	87	(322)	(2.964)
	387	306	2	(322)	373

Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

					Consolidado
	2011	Adições	Baixas	Atualizações	2012
Tributárias:					
IOF	24	-	-	-	24
PIS e Cofins	973	592	-	-	1.565
Multa Setor Aduaneiro	396	-	-	-	396
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	2.396	-	-	-	2.396
	3.789	592	-		4.381
Trabalhistas	490	147	(177)	-	460
Total das provisões para riscos	4.279	739	(177)	-	4.841
Depósitos judiciais	(3.258)	(314)	252	(641)	(3.961)
	1.021	425	75	(641)	880

PIS e Cofins

Valores sobre a exclusão do ICMS de vendas da base de cálculo do PIS e da COFINS, nos meses de setembro, outubro e novembro de 2006, cujo montante foi depositado judicialmente. A ação continua em andamento, porém a partir de dezembro de 2006 a Administração da Companhia decidiu recolher as contribuições pelo valor integral.

Contribuição Social

Orientada pelos seus consultores jurídicos na interpretação da Lei nº 11.941/09 - REFIS IV, a Companhia registrou a atualização dos depósitos judiciais da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido para fazer o abatimento da contribuição devida. Diante de pronunciamento da Receita Federal do Brasil contrário a atualização dos depósitos, a Companhia decidiu pelo registro da provisão e aguarda o momento da consolidação dos débitos para analisar as medidas judiciais cabíveis no sentido de obter a compensação dos depósitos atualizados.

Outras demandas judiciais

Encontram-se também em andamento ações indenizatórias de natureza tributária, cível e trabalhista movidas contra a Companhia e suas controladas, que, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos da Companhia e de suas controladas, deverão ser julgadas improcedentes.

Destas ações, aproximadamente R\$ 6.234 na controladora (R\$ 10.198 no consolidado) tem seu desfecho considerável possível, para as quais não foi constituída uma provisão.

Destes valores, R\$ 2.230 na controladora, para 3 processos (R\$ 4.211 no consolidado referentes a 14 processos) referem-se a ações de natureza trabalhista, indenizatórias. Ações de natureza fiscal montam em R\$ 1.307 na controladora (R\$ 2.892 no consolidado), sendo que no consolidado R\$ 2.206 refere-se a encargos sobre participação nos lucros dos administradores e seguro de vida em grupo. As ações de natureza cível são referentes a danos materiais, lucros cessantes e ações de caráter indenizatório no montante de R\$ 2.697 na controladora (R\$ 3.095 no consolidado).

Provisão

A Companhia e suas controladas registraram provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para riscos trabalhistas e cíveis para as quais é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Companhia e suas controladas revisaram suas estimativas e consideram as provisões existentes suficientes para cobrir eventuais perdas relacionadas aos processos, cujo desfecho desfavorável é avaliado como provável.

Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são aqueles que se promovem em juízo em conta bancária vinculada a processo judicial, sendo realizado em moeda corrente com o intuito de garantir a liquidação de potencial futura obrigação. Os depósitos judiciais só podem ser movimentados mediante ordem judicial.

Os depósitos são atualizados monetariamente de acordo com as regras específicas de cada tribunal e, como são utilizados como garantia, podem ser levantados pela parte vencedora. Assim, se a Companhia não obtiver êxito no processo, os valores depositados serão convertidos em renda da Fazenda Pública ou utilizados para deduzir o valor do passivo correspondente, caso houver. Do contrário, se a decisão for favorável à Companhia, há possibilidade de resgate dos depósitos.

19. Capital social e reservas

(a) Capital social

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de abril de 2011, foi deliberado o aumento do capital social de R\$ 47.400, mediante a capitalização de reservas e com emissão de ações. O capital social passou de R\$ 102.600 para R\$ 150.000, e a consequente alteração do *caput* do artigo 5º do Estatuto Social. Foram emitidas 3.670.205 ações ordinárias e 2.760.736 ações preferenciais.

O capital social está representado por 5.707.104 ações ordinárias com direito a voto e 4.292.896 ações preferenciais sem direito a voto perfazendo o total de 10.000.000, todas escriturais e sem valor nominal.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações sociais. O número de votos, por acionista, é limitado a 5% do total das ações ordinárias do capital, por determinação estatutária. As ações preferenciais não têm direito a voto e conferem a seus detentores direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de dividendos, além do direito de serem incluídas em oferta pública de alienação de controle.

As ações preferenciais adquirirão o exercício de direito de voto se a Companhia, pelo prazo de três exercícios consecutivos, deixar de pagar os dividendos mínimos a que fizerem jus, direito que conservarão até o pagamento, se tais dividendos não forem cumulativos, ou até que sejam pagos os cumulativos em atraso.

(b) Ajustes de avaliação patrimonial

Refere-se aos ajustes do custo atribuído de itens do imobilizado da Companhia e a equivalência desses ajustes nas controladas, cuja realização ocorre através da depreciação e baixa, com a correspondente transferência para a conta de Lucros acumulados.

(c) Reservas de lucros

- (i) Reserva legal - representa a apropriação de 5% do lucro líquido do ano, até o limite de 20% do capital social.
- (ii) Reserva estatutária (para o desenvolvimento) - representa a apropriação de 5% do lucro líquido do ano como determinado no estatuto, até o limite de 20% do capital social, a ser utilizada na aquisição de bens do ativo permanente ou em novos investimentos da Companhia.
- (iii) Reserva de retenção de lucros - tem o objetivo de atender as necessidades de recursos para custear os projetos de investimentos em obras de expansão e modernização. É constituída com base no orçamento de capital da Companhia, a ser apresentado à Assembleia Geral Ordinária.

(d) Dividendos propostos

Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária brasileira e o estatuto. O cálculo do dividendo é assim demonstrado: os dividendos mínimos obrigatórios estão demonstrados no balanço patrimonial de 2012 e 2011 como obrigações legais (provisões no passivo circulante) e os dividendos em excesso a esse mínimo como reserva de dividendos em linha especial na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

	Controladora	
	2012	2011
Lucro líquido do exercício da Controladora	13.043	12.780
Realização do custo atribuído	2.093	2.169
Base de cálculo dos dividendos	15.136	14.949
Distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios	3.784	3.737
Adiantamento de dividendo	(3.000)	-
Juros sobre o capital próprio, distribuídos no exercício	-	(4.235)
IRRF incidente juros sobre capital próprio	-	635
Dividendos a pagar	784	137

	Consolidado	
	2012	2011
Lucro líquido do exercício da controlada Companhia de Fiação e Tecidos Santo Antônio	23.173	21.619
Realização do custo atribuído	100	17
Constituição das reservas legal (em 2011) e de incentivos fiscais	(1.810)	(3.391)
Base de cálculo dos dividendos	21.463	18.245
Valor dos dividendos mínimos obrigatórios da controlada	4.922	4.561
Dividendo devido aos minoritários na controlada (14,565%)	717	667
Dividendos a pagar	717	667

20. Informações por segmento e receita

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. Tendo em vista que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia e suas controladas concluíram que possuem somente um segmento.

Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21. Receita

A composição das vendas brutas nos mercados interno e externo é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Receita bruta				
Vendas mercado interno	342.224	354.651	588.983	610.418
Vendas mercado externo	6.191	7.436	13.141	13.891
	348.415	362.087	602.124	624.309
Deduções de vendas				
ICMS, PIS, COFINS e INSS	(60.893)	(59.998)	(89.949)	(88.452)
Devoluções e abatimentos	(4.290)	(3.233)	(7.236)	(8.581)
Receita líquida	283.232	298.856	504.939	527.276

22. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Benefícios a empregados				
Salários, incluindo custo de rescisões	31.349	29.975	61.557	58.899
Participações dos empregados	-	451	-	877
Benefícios	8.555	8.336	18.254	17.439
Custos previdenciários e FGTS	8.424	11.246	16.677	21.849
	48.328	50.008	96.488	99.064
Outros				
Matéria-prima e materiais de consumo	166.982	189.803	231.338	246.623
Variação dos estoques de produtos acabados e em elaboração	5.076	(20.619)	(279)	(17.479)
Energia elétrica	12.424	12.441	36.476	34.881
Combustíveis	11.685	12.624	19.397	19.369
Manutenções/ serviços de terceiros	12.001	10.727	17.076	17.467
Depreciações e amortizações (Notas 15 e 16)	7.609	7.515	14.424	13.459
Comissões	5.641	6.014	10.864	11.287
Frete	7.810	7.523	19.456	18.768
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 7)	2.116	3.046	3.689	5.538
Outras despesas	16.245	21.103	24.644	22.695
	247.589	250.177	377.085	372.608
	295.917	300.185	473.573	471.672
Classificadas como:				
Custo dos produtos vendidos	256.639	262.370	409.356	409.508
Despesas comerciais	19.814	19.801	39.301	39.986
Despesas gerais e administrativas	19.464	18.014	24.916	22.178
	295.917	300.185	473.573	471.672

Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23. Outras receitas (despesas) líquidas

Outras Receitas	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Venda UP's Eletrobrás (*)	7.946	-	10.000	-
Ganhos judiciais precatórios (vide nota 12)	3.994	-	3.994	-
Recebimento de imóvel (**)	2.853	-	2.853	-
Venda de energia elétrica	75	187	1.528	187
Receita na venda de imobilizado	489	3.753	630	4.160
Taxa de equalização de vendedor	392	401	842	724
Ganho com contratos derivativos	-	-	251	261
Reversão de provisão para riscos	102	1.298	206	1.400
Subvenções para Sesi e Senai	60	55	116	103
Indenização de sinistros	27	104	60	430
Pis, Cofins e ICMS sobre outras receitas	(1.327)	(331)	(2.041)	(573)
Outras receitas	61	202	114	222
	<u>14.672</u>	<u>5.669</u>	<u>18.553</u>	<u>6.914</u>
Outras Despesas				
Perdas com contratos derivativos	-	-	(6.930)	(11.655)
Provisão para perdas	(1.733)	(277)	(2.501)	(612)
Provisão para perdas com precatórios (vide nota 12)	(2.791)	-	(2.791)	-
Despesas tributárias	(659)	(585)	(1.217)	(1.180)
Custos na venda de imobilizado	(57)	(762)	(41)	(1.032)
Outras despesas	(19)	(628)	(64)	(743)
	<u>(5.259)</u>	<u>(2.252)</u>	<u>(13.544)</u>	<u>(15.222)</u>
	<u>9.413</u>	<u>3.417</u>	<u>5.009</u>	<u>(8.308)</u>

(*) Em 03 de dezembro de 2012, ocorreu a cessão e transferência em caráter irrevogável e irretratável da totalidade dos direitos processuais da Ação Ordinária de cobrança em processo judicial, tendo como ré a União Federal e Centrais Elétricas Brasileiras S.A. sendo originário de correção monetária de empréstimos compulsórios Eletrobrás nos períodos de janeiro de 1987 a janeiro de 1994, sendo o valor negociado entre as partes recebido no ato.

(**) Imóvel recebido do Grêmio Recreativo Têxtil Esporte Clube, conforme escritura de doação lavrada em 06 de agosto de 2012 (vide nota 14).

Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Receitas financeiras				
Receitas financeiras - controladas	21	68	-	-
Descontos ativos	25	47	136	95
Receita de aplicações financeiras	717	201	1.387	785
Juros recebidos de clientes	1.059	2.214	1.701	3.486
Atualização de Depósitos Judiciais e do Precatório	3.403	3.360	4.553	3.449
Outras receitas financeiras	62	957	68	959
	<u>5.287</u>	<u>6.847</u>	<u>7.845</u>	<u>8.774</u>
Variações cambiais				
Resultado com instrumentos derivativos	5.768	-	5.768	-
Variações cambiais ativas	6.645	2.262	12.495	7.466
	<u>12.413</u>	<u>2.262</u>	<u>18.263</u>	<u>7.466</u>
	<u>17.700</u>	<u>9.109</u>	<u>26.108</u>	<u>16.240</u>
Despesas financeiras				
Despesas financeiras - controladas	(2.630)	(762)	-	-
IOF - Imposto sobre operações financeiras	(2.322)	(2.467)	(3.727)	(4.513)
Juros e encargos sobre financiamentos	(6.985)	(8.671)	(14.032)	(14.871)
Descontos concedidos	(216)	(129)	(564)	(280)
Encargos legais - Refis	-	-	-	(5.575)
Outras despesas financeiras	(878)	(735)	(1.366)	(3.413)
	<u>(13.031)</u>	<u>(12.764)</u>	<u>(19.689)</u>	<u>(28.652)</u>
Variações cambiais				
Resultado com instrumentos derivativos	(2.458)	-	(2.458)	-
Variações cambiais passivas	(8.982)	(3.321)	(14.779)	(11.631)
	<u>(11.440)</u>	<u>(3.321)</u>	<u>(17.237)</u>	<u>(11.631)</u>
	<u>(24.471)</u>	<u>(16.085)</u>	<u>(36.926)</u>	<u>(40.283)</u>
	<u>(6.771)</u>	<u>(6.976)</u>	<u>(10.818)</u>	<u>(24.043)</u>

Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25. Imposto de renda e contribuição social

- (a) A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal local nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 está descrita a seguir:

	Controladora			
	Imposto de renda		Contribuição social	
	2012	2011	2012	2011
Lucro antes do imposto, contribuição social e participações	13.016	12.261	13.016	12.261
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	25%	25%	9%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(3.254)	(3.065)	(1.171)	(1.103)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva:				
Juros sobre o capital próprio	-	1.059	-	381
Equivalência patrimonial	6.836	5.259	2.461	1.893
Outros	15	437	98	338
IR e CSLL ajustados	3.597	3.690	1.388	1.509
PAT - Programa de Alimentação ao Trabalhador	-	-	-	-
	3.597	3.690	1.388	1.509
Constituição de crédito tributário sobre prejuízo fiscal e base negativa de anos anteriores	-	-	-	(20)
Créditos tributários não reconhecidos contabilmente	(2.983)	(3.367)	(1.975)	(1.293)
IR e CSLL efetivos	614	323	(587)	196
Parcela corrente	88	(14)	33	(5)
Parcela diferida	526	337	(620)	201

	Consolidado			
	Imposto de renda		Contribuição social	
	2012	2011	2012	2011
Lucro antes do imposto, contribuição social e participações	20.603	18.550	20.603	18.550
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	25%	25%	9%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(5.151)	(4.638)	(1.854)	(1.670)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva:				
Juros sobre o capital próprio	-	1.059	-	381
Diferença da taxa de 25% para a taxa incentivada nas controladas	4.719	2.480	-	-
Outros	(1.124)	1.051	328	1.284
IR e CSLL ajustados	(1.556)	(48)	(1.526)	(5)
Incentivo Sudene (Nota 24(d))	3.350	2.430	-	-
PAT - Programa de Alimentação ao Trabalhador	94	60	-	-
	1.888	2.442	(1.526)	(5)
Constituição de crédito tributário sobre Prejuízo fiscal e base negativa de anos anteriores	273	51	138	(450)
Créditos tributários não reconhecidos contabilmente	(2.983)	(3.367)	(1.975)	(1.293)
IR e CSLL efetivos	(822)	(874)	(3.363)	(1.748)
Parcela corrente	(145)	(690)	(987)	(1.001)
Parcela diferida	(677)	(184)	(2.376)	(747)

Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Os tributos diferidos ativos são compostos conforme apresentado abaixo:

Ativo	Controladora				Consolidado			
	Imposto de renda		Contribuição social		Imposto de renda		Contribuição social	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Base negativa e prejuízos fiscais de anos anteriores	40.859	24.922	48.956	32.018	70.086	57.296	76.542	62.693
Base negativa, prejuízo fiscal (compensado) no ano calendário	9.092	15.995	9.982	16.938	2.421	11.874	4.519	12.875
Diferenças intertemporais	12.511	7.362	13.538	8.252	16.536	17.222	17.563	18.287
Base de cálculo do imposto e contribuição social diferidos	62.462	48.279	72.476	57.208	89.043 7,3% a	86.392 2,2% a	98.624	93.855
Alíquotas	25%	25%	9%	9%	25%	25%	9%	9%
Crédito tributário	15.616	12.070	6.523	5.149	17.589	13.917	8.876	8.447
Crédito tributário não reconhecido contabilmente (i)	(6.382)	(3.413)	(3.284)	(1.309)	(6.382)	(3.401)	(3.283)	(1.312)
	9.234	8.657	3.239	3.840	11.207	10.516	5.593	7.135
Passivo diferido	(26.377)	(26.326)	(9.496)	(9.477)	(34.681)	(33.451)	(13.971)	(12.999)
Líquido	(17.143)	(17.669)	(6.257)	(5.637)	(23.474)	(22.935)	(8.378)	(5.864)

(i) O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que os prejuízos fiscais e base negativa sejam absorvidos por futuros lucros tributáveis e que as diferenças temporárias, sobre as quais são calculados, sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal. O montante do crédito tributário reconhecido está limitado ao valor que se julga provável de realização em até 2021, conforme estudo aprovado pela Administração da Companhia.

Com base nas projeções de geração de resultados tributáveis futuros, a estimativa de recuperação do saldo ativo de imposto de renda e da contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, descontada a valor presente, base negativa e diferenças intertemporais é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
2012	-	2.204	-	2.716
2013	-	2.225	836	2.511
2014	1.651	2.929	1.919	3.211
2015	2.052	1.577	2.312	2.972
2016	1.942	1.503	2.195	1.503
2017 a 2021	6.828	2.059	9.538	4.738
	12.473	12.497	16.800	17.651

Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Os tributos diferidos passivos são compostos conforme apresentado abaixo:

	Controladora				Consolidado			
	Imposto de Renda		Contribuição Social		Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Saldo no início do exercício	105.302	105.728	105.302	105.728	144.434	136.059	144.434	136.059
Realização do custo atribuído ao imobilizado	(2.680)	(2.928)	(2.680)	(2.928)	(3.067)	(4.048)	(3.067)	(4.048)
Diferença depreciação contábil x fiscal (Parecer normativo nº 1 de 29/07/2011)	2.884	2.502	2.884	2.502	13.865	12.423	13.865	12.423
Base	105.506	105.302	105.506	105.302	155.232 1,52% a	144.434 6,2% a	155.232	144.434
Alíquotas (i)	25%	25%	9%	9%	25%	25%	9%	9%
Saldo do imposto diferido	26.377	26.326	9.496	9.477	34.683	33.451	13.971	12.999

(i) As alíquotas relativas às taxas efetivas de imposto de renda calculadas para o período em que as controladas usufruem do benefício fiscal da SUDENE, isenção de 75% do lucro da exploração da atividade até o exercício de 2019, são inferiores a taxa incidente na Controladora.

As taxas efetivas de imposto de renda das controladas são 1,52% para Cedronorte e 8,1% para Santo Antônio em 2012 (1,52% e 2,2% em 2011, respectivamente).

(d) Subvenções governamentais

As controladas, instaladas na área de atuação da SUDENE, gozam de incentivo fiscal de isenção de imposto de renda e adicionais não restituíveis calculados sobre o lucro da exploração sobre a capacidade total prevista nos projetos de implantação e de modernização do empreendimento, os benefícios gerados são registrados contabilmente na demonstração do resultado e submetidos à constituição de reserva de lucros.

Os instrumentos legais que permitem a utilização dos incentivos da Companhia são respectivamente:

- Projeto de implantação (25% até o ano calendário de 2008 e 12,5% a partir de janeiro de 2009 até dezembro de 2013): Laudo Constitutivo do Ministério da Integração Nacional - MIT nº 0234/2006, processo da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 13683.000265/2006-11, Despacho Decisório DRF-Curvelo em 08/12/2006; e
- Projeto de Modernização total do empreendimento industrial (75% com vigência a partir do ano-calendário de 2010 até o ano calendário de 2019): Laudo Constitutivo do MIT nº 119/2010 e processo da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 10620.000.494/2010-69, Ato Declaratório Executivo DRF/STL/MG nº 001/2011.

Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26. Lucro (prejuízo) por ação

O quadro a seguir estabelece o cálculo de lucros (prejuízos) por ação para nos exercícios de 2012 e 2011 (em milhares, exceto valores por ação):

	2012			2011		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador						
Lucro líquido do período	7.444	5.599	13.043	7.294	5.486	12.780
Denominador						
Média ponderada do número de ações	5.707	4.293	10.000	4.457	3.352	7.809
Lucro básico e diluído por ação	1,30	1,30	-	1,64	1,64	-

Não existem instrumentos financeiros ou instrumentos patrimoniais com potencial dilutivo do número de ações da Companhia.

27. Plano de participação no resultado

O plano de participação dos empregados nos resultados da Companhia e suas controladas é composto de parcela vinculada aos resultados econômico-financeiros, medida através de indicadores como fluxo de caixa operacional e pelo cumprimento das metas de desempenho.

28. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade (informação sobre a suficiência dos seguros em relação aos riscos envolvidos não auditada pelos auditores independentes).

Em 31 de dezembro de 2012 a cobertura para risco de incêndio, raio e explosão de qualquer natureza totaliza na controladora - R\$ 82.523 (consolidado R\$ 90.532) (2011 - R\$ 72.500, consolidado R\$ 80.509).

29. Transações que não envolvem caixa

Durante o exercício de 2012 e 2011, a Sociedade realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Capitalização de juros de empréstimos	364	3.125	1.795	6.987
Venda de imobilizado	-	-	24	-

Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

30. Plano Brasil Maior

No contexto da crise mundial, o Governo Brasileiro anunciou diversas medidas como forma de estimular a competitividade da economia nacional, culminando em maior produtividade e inovação.

Dentre essas medidas, destacam as de natureza tributária que beneficiaram diversos setores, entre eles o setor têxtil com os seguintes ganhos:

- Portaria MF nº 206/2012 - prorrogação para novembro e dezembro o prazo de recolhimento de PIS e COFINS da competência de abril e maio cujos vencimentos eram, respectivamente, maio e junho.
- Medida Provisória nº 563 - desoneração da folha de pagamento, com vigência a partir de 1º de agosto de 2012 até dezembro de 2014, a contribuição patronal ao INSS de 20% sobre a folha, foi substituída pela contribuição de 1% sobre a receita bruta para os fabricantes dos produtos listados no Anexo da MP.
- Reintegra - instituído pela Lei nº 12.546, com vigência de dezembro/2011 a dezembro/2013, consiste na devolução de até 3% sobre o valor da receita de exportação.

Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Cristiano Ratton Mascarenhas - Presidente
Amélia Gonzaga Carvalho Silva - Vice-Presidente
Silvio Diniz Ferreira Júnior - Secretário
André Maurício Miranda
Aguinaldo Diniz Filho
Clarissa Cançado de Lara Resende
Estevam Rodrigo de Mascarenhas e Magalhães
Fabiano Soares Nogueira
Fernando Bicalho Dias
Luciana Curi Araújo Mattos Mascarenhas
Paula Mascarenhas de Freitas Borges
Ricardo dos Santos Júnior
Sérgio Rabello Tamm Renault

DIRETORIA

Aguinaldo Diniz Filho - Diretor Presidente
Fábio Mascarenhas Alves - Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores
Fabiano Soares Nogueira - Diretor Industrial
Victor Mascarenhas de Freitas Borges - Diretor de Suprimentos
Luiz César Guimarães - Diretor Comercial
Francisco Geraldo Batista Cavalcanti - Diretor de Operações Industriais
Marco Antônio Branquinho Júnior - Diretor de Gestão e Recursos Humanos

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

Paulo César Soares - Gerente de Controladoria - Contador CRC-MG 32.041/O-4
Antônio Pereira Filho - Contador CRC-MG 49.896/O-1